

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2026.

**NOTA PÚBLICA**  
**EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, DA DEMOCRACIA**  
**E DO DIREITO À EDUCAÇÃO: CONTRA A**  
**REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR**  
**(HOMESCHOOLING)**

A Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Abecs) manifesta sua posição contrária à regulamentação da educação domiciliar (homeschooling) no Brasil, por compreender que tal medida representa um grave retrocesso para o direito à educação, para a democracia e para a formação cidadã de crianças e adolescentes.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todas as pessoas e dever compartilhado entre Estado, família e sociedade. Esse princípio reconhece o papel essencial das famílias na formação das crianças e dos jovens, mas afirma igualmente que a escolarização constitui responsabilidade pública, realizada em instituições educacionais capazes de garantir direitos, promover a igualdade de oportunidades e assegurar o acesso aos conhecimentos científicos, artísticos, culturais e históricos produzidos pela humanidade.

A escola não é apenas um espaço de transmissão de conteúdos. Ela é uma instituição social indispensável para a construção da convivência democrática, para o desenvolvimento do pensamento crítico, para o respeito à diversidade e para o exercício cotidiano dos direitos humanos. É no encontro com a diferença, com a pluralidade de experiências e com o debate público que crianças e adolescentes desenvolvem competências fundamentais para a vida em sociedade.

Como entidade científica e educacional dedicada à defesa, à construção e ao fortalecimento do ensino de Ciências Sociais, a Abecs reafirma que a

compreensão da realidade social exige experiências coletivas de aprendizagem, diálogo, argumentação e convivência. Esses processos não podem ser reduzidos ao ambiente doméstico, por mais importante que seja a educação realizada pelas famílias.

A regulamentação da educação domiciliar também suscita preocupações quanto à proteção integral de crianças e adolescentes. A escola desempenha papel estratégico na identificação de situações de violência, negligência, trabalho infantil, discriminação e outras violações de direitos. Enfraquecer esse espaço institucional significa reduzir mecanismos fundamentais de proteção social.

Além disso, não há evidências científicas consistentes de que a regulamentação do homeschooling represente uma solução para os desafios educacionais brasileiros. Ao contrário, trata-se de uma proposta que beneficia um grupo extremamente reduzido da população, ao mesmo tempo em que exige a criação de novos mecanismos de fiscalização, certificação e acompanhamento por parte do Estado, desviando recursos e esforços que deveriam estar concentrados na garantia do direito à educação pública de qualidade para todas e todos.

Em um país que ainda enfrenta profundas desigualdades educacionais, déficits de aprendizagem, exclusão escolar, dificuldades na implementação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e do Plano Nacional de Educação (PNE) e desafios relacionados à valorização dos profissionais da educação, as prioridades nacionais devem ser outras: ampliar o financiamento da educação pública, fortalecer as redes de ensino, garantir condições adequadas de aprendizagem, promover a inclusão e assegurar o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes.

Também preocupa a crescente instrumentalização política do homeschooling como parte de um conjunto mais amplo de iniciativas voltadas ao enfraquecimento da escola pública e da gestão democrática da educação. Ao transformar uma escolha privada em política pública, desloca-se o debate das responsabilidades coletivas para soluções individualizadas, incompatíveis com a concepção constitucional da educação como direito social e bem público.

A Abecs reafirma que a liberdade das famílias de transmitir valores morais, culturais e religiosos aos seus filhos é plenamente assegurada pela Constituição brasileira. Entretanto, essa liberdade não substitui nem elimina o direito das crianças e adolescentes à educação realizada em ambiente escolar, ao convívio com a diversidade, ao acesso ao conhecimento científico e à formação para a cidadania democrática.

Nesse sentido, a Abecs soma-se às centenas de entidades científicas, acadêmicas, educacionais e da sociedade civil que defendem o fortalecimento da escola pública, democrática, inclusiva, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Defender a escola é defender a democracia.

Defender a educação pública é defender os direitos dos estudantes, das crianças, dos adolescentes e o futuro do Brasil.

**Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais – Abecs**